

Agente inflacionário

Con. Brasil

Dos componentes políticos da inflação brasileira, o mais pertinaz e influente é, sem dúvida, a falta de coragem dos políticos para aprovar medidas essenciais ao estabelecimento do equilíbrio permanente das contas públicas. Sem essas medidas — entre as quais a reforma fiscal, a revisão da estabilidade dos servidores públicos e a redução do tamanho do Estado brasileiro —, que contrariam muitos interesses políticos, não se poderá combater de maneira eficaz o déficit público, que é a causa estrutural da inflação.

Quando a inflação atinge os níveis observados no Brasil, no entanto, turbulências políticas, que em circunstâncias normais não teriam repercussão no comportamento da economia, estendem rapidamente suas conseqüências sobre a atividade econômica. A reação mais imediata é sentida nas bolsas de valores. Ao mesmo tempo, reagem os preços das mercadorias, remarcados imediatamente ante a ameaça do fracasso de mais um ministro da Fazenda.

A crise provocada pela maneira precipitada como o presidente Itamar Franco se livrou de um auxiliar — o ex-presidente do BNDES, Luiz Carlos Delben Leite —, indicado pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho, disseminou, no primeiro momento, na sociedade, o receio de que o PMDB saísse formalmente do governo, o que tornaria muito mais difícil a tarefa do ministro Fernando Henrique Cardoso, que, para ter êxito, precisa do apoio da maioria do Congresso.

A bolsa reagiu com uma queda de 3,4% em São Paulo e os preços, com a aceleração das remarcações, embora ainda não seja possível determinar de quanto foi o aumento. Quando ficou claro que o PMDB não acompanharia Fleury no seu rompimento com o governo, as bolsas reagiram, desta vez para cima (o índice de alta ontem foi maior do que o de queda registrado na véspera). Mas os

efeitos da crise sobre os preços, esses não serão revertidos. O que subiu, subiu, e não baixa mais.

Por causa de seus efeitos rápidos sobre a economia, a instabilidade política está preocupando o Fundo Monetário Internacional (FMI) — que enviou dois técnicos ao Brasil para levantar dados sobre a situação das finanças públicas e tentar fixar metas para os próximos meses —, a tal ponto que o fechamento de um novo acordo da instituição com o Brasil não depende mais de critérios técnicos, como ocorreu até agora, mas da situação política.

O representante brasileiro na direção do Fundo, Alexandre Kafka, pediu informações sobre a crise provocada pela saída do presidente do BNDES e pelo pedido de demissão do ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko (que continua no cargo), porque seus desdobramentos poderiam tornar mais difícil a execução do programa econômico do ministro Fernando Henrique.

A chegada do senador Fernando Henrique ao Ministério da Fazenda foi recebida com otimismo pela sociedade porque se esperava que, com sua habilidade política e sua ascendência intelectual sobre o presidente, ele poderia conduzir sua política antiinflacionária sem as inoportunas interferências presidenciais que determinaram os fracassos dos seus três antecessores.

Itamar, de fato, deixou de interferir diretamente na atuação do ministro da Fazenda. Mas, em compensação, a maneira desastrada como conduziu o seu governo, gerando sucessivas crises políticas, restabeleceu o clima de intranquilidade entre os agentes econômicos.

Fernando Henrique assim como o FMI sabem hoje que Itamar, com seu “temperamento mercantil”, é um alimentador natural da inflação.

E não há nada que o ministro possa fazer para controlar esse agente inflacionário.